

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 06 – Pensamento Político na América Latina

**Marx contra a CEPAL: as críticas à ideologia desenvolvimentista no pós-1964 de
Francisco de Oliveira e João Manuel Cardoso de Mello**

Cássius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de Brito¹

Meire Mathias²

INTRODUÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) se constituiu em uma das mais importantes instituições de análise da realidade socioeconômica latino-americana, tendo influenciado os países da região na adoção de políticas com o objetivo de estimular o crescimento econômico e a superação do subdesenvolvimento. Como parte da Organização das Nações Unidas (ONU), a fundação da CEPAL em 1948 se dá no contexto dos debates e disputas sobre as formas de inserção internacional dos países latino-americanos na ordem mundial que se constituiria no período após a Segunda Guerra Mundial.

Partindo de algumas teses essenciais de Raúl Prebisch – especialmente a perspectiva centro/periferia, a deterioração dos termos de intercâmbio e as barreiras impostas ao processo de industrialização por problemas estruturais da balança de pagamentos – no Brasil, intelectuais como Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares, dentre outros, compuseram o corpo teórico da instituição, tornando-se referências para interpretações das

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE, cassiusdebrito@gmail.com.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), mmathias@uem.br.

trajetórias do desenvolvimento do capitalismo em nações periféricas, especialmente a partir das propostas de industrialização por substituições de importações, da teoria do subdesenvolvimento, da teoria estruturalista da inflação, a hipótese da heterogeneidade estrutural, enfim, categorias que constituíram o que ficou conhecido como estruturalismo latino-americano.

O objetivo deste trabalho é apresentar críticas às interpretações da CEPAL a partir de dois autores que tiveram relações diretas com a instituição e que, com o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, se esforçaram para um “acerto de contas com sua antiga tradição filosófica”³. Francisco de Oliveira – no contexto do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – e João Manuel Cardoso de Mello – no contexto de fundação da “Escola de Campinas”⁴ – realizam no começo dos anos 1970, cada um a seu modo, críticas à CEPAL, conformando interpretações do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista no Brasil, conectando a dimensão econômica com a discussão da questão nacional e dos padrões de desenvolvimento do capitalismo internacional. Como o objetivo do artigo não é uma reconstituição exaustiva da perspectiva cepalina, nos interessa apenas fixar alguns elementos fundamentais para melhor entender o “acerto de contas” realizados pelos autores selecionados⁵.

Subdesenvolvimento, dualismo estrutural, autonomia econômica da nação e tendência à estagnação

Segundo BIELSCHOWSKI (2000, p. 24) a produção da Cepal, especialmente durante a década de 1950, buscava ocupar um vazio teórico dos defensores da industrialização nos países latino-americanos, uma vez que, embora, no plano histórico, estes países estivessem passando por um rápido processo de industrialização e urbanização, no plano teórico, o cenário de “normalização” do pós-guerra recuperava a influência da perspectiva liberal

³ Diferentemente de Marx e Engels que deixaram seu acerto de conta com o idealismo alemão (*A Ideologia Alemã*) “à crítica roedora dos ratos”, as críticas de Oliveira e Mello foram de conhecimento amplo à época em que foram produzidas.

⁴ A “Escola de Campinas” teve início em 1968, com a criação do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que inicia as atividades de ensino de graduação em Economia, em 1970; de mestrado, em 1974; e de doutorado, em 1977; todos eles abrigados no interior do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). O atual Instituto de Economia da UNICAMP surge do seu desmembramento em relação ao IFCH, em 1984.

⁵ Não fará parte do artigo considerações a respeito dos textos de Maria da Conceição Tavares sobre a perspectiva cepalina (principalmente Celso Furtado), mas é preciso deixar registrado seu papel pioneiro neste movimento de autocritica, registrado em *Além da Estagnação*, escrito com José Serra em 1970.

(predominante antes da crise de 1929) da relação entre divisão internacional do trabalho e as “vantagens comparativas”⁶, que, ao fim, delegavam à América Latina o papel de produtores/exportadores de bens primários e importadora de bens industrializados dos países centrais do capitalismo.

Na teoria cepalina do subdesenvolvimento, os setores exportadores das economias periféricas compõem o polo “moderno”, que depende da demanda externa dos países centrais, mas que, em decorrência da deterioração dos termos de troca, acaba tendo parte do valor de sua produção apropriada por eles. Em decorrência dessa transferência de valor para os países centrais, os ganhos de produtividade do setor moderno não são transferidos aos demais setores da economia periférica, especialmente o de produção agrícola de subsistência, responsável também pela produção interna de alimentos, que, por sua vez, se constitui no polo “atrasado”; a combinação de ambas formas, assim, uma estrutura econômica dual (“atrasado-moderno”).

Esta estrutura dual da economia é um dos eixos fundamentais da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, um dos principais intelectuais da CEPAL⁷. Para Furtado, o subdesenvolvimento era o resultado da penetração de capital em regiões de sociedades tradicionais e/ou de passado colonial, mas que não provocaria espontaneamente a difusão do progresso técnico (e, portanto, a homogeneização em termos de produtividade e renda) a todo o sistema econômico, pois o consumo improdutivo capitalista limitaria a poupança e a capacidade de investimento (mimetização pelas elites periféricas de padrões de consumo das elites centrais). Além disso, no processo de industrialização dos países periféricos por substituição de importações, a aplicação de padrões tecnológicos poupadores de trabalho traria como consequência uma limitação da escala do mercado de consumo, que, por sua vez, não geraria demanda interna, reforçaria o padrão de baixo estímulo ao investimento produtivo, gerando, por fim, tendência ao baixo crescimento econômico.

O subdesenvolvimento não seria, portanto, uma fase ou uma etapa de um processo linear e abstrato de desenvolvimento do capitalismo, mas uma condição histórica específica⁸. Por mais paradoxal que pareça, a solução para o subdesenvolvimento seria justamente o

⁶ Para OLIVEIRA (1983, p. 8), a CEPAL foi fundamental para combater a ideologia das “vantagens comparativas”, mostrando como, na realidade, se constituíam em “desvantagens reiterativas”.

⁷ OLIVEIRA (*idem*, p. 7) diz a respeito de Celso Furtado que “nenhum outro autor contribuiu tanto para constituir as economias e sociedades subdesenvolvidas em objeto específico de estudo” e que, ainda que Prebisch tenha sido o fundador da perspectiva teórica da instituição, ele “jamais alcançou a dimensão de Furtado como cientista social, tendo-se restringido ao que se convencionou chamar de ‘Ciência Econômica’”.

⁸ “A dualidade ‘atrasado-moderno’ escapa, por exemplo, tanto à a-historicidade do método neoclássico quanto ao mecanicismo das ‘etapas’ e dos modos de produção sequenciais próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo” (OLIVEIRA, *idem*, p. 10).

desenvolvimento, pensado, em geral, “como a passagem de um estágio de privação material para um estado de pletora material, qualquer que seja o critério para avaliar essa transição (pelo produto per capita, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.)” (BONENTE, 2011, p. 5). Nesta perspectiva, o programa desenvolvimentista incluía um processo duplo: 1) em virtude da reprodução ampliada do capital (acumulação) no setor moderno, sua maior demanda por força de trabalho buscava absorver o “excedente” de trabalhadores do setor de subsistência atraídos por promessas de médias salariais mais elevadas; 2) o progresso técnico e os ganhos de produtividade do setor moderno levariam a um processo de acúmulo de excedente econômico (capital monetário), que, ao ser investido no setor de subsistência, iria progressivamente superar suas características “atrasadas”, resultando, ao final, em uma homogeneização do sistema econômico.

A superação do subdesenvolvimento se daria pelo crescimento econômico acelerado, que levaria a um aumento da renda per capita e a um círculo virtuoso de demanda e investimento. Para esse esforço, Furtado inclui o Estado e não exclui a associação com o capital estrangeiro: os papéis do Estado seriam tanto de planejamento e indução do investimento, quanto na estruturação do mercado de trabalho através de reformas de base, especialmente a reforma agrária, cuja função principal seria, por meio da desconcentração da estrutura fundiária, aumentar a produtividade da agricultura de subsistência, reduzir a pobreza, alavancar a produção de alimentos para sustentar um mercado de consumo e reduzir o custo de reprodução da força de trabalho urbana. A associação ao capital estrangeiro seria necessária em razão do atraso tecnológico dos países subdesenvolvidos, na medida em que, para Furtado, capital é entendido fundamentalmente em termos de base técnica (formação bruta de capital fixo) e, assim, importação de capital significa importação de tecnologia e, portanto, impulsão ao desenvolvimento.

Entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Furtado considerará que a internalização do setor de bens de produção (industrialização pesada) conferiria autonomia à economia nacional, na medida em que traria dinamismo e integração inter-setorial entre a produção de máquinas, equipamentos, energia e a produção de bens duráveis e não-duráveis, reduzindo a dependência do crescimento econômico brasileiro da sua capacidade de importar tecnologia. Assim, ele acaba por identificar a internalização do setor de produção dos bens de capital à autonomia econômica da nação (BASTOS, 2021).

Entretanto, para que a autonomia econômica da nação se metamorfoseasse em superação do subdesenvolvimento seria preciso romper com um padrão concentrador de renda

e de propriedade da sociedade brasileira, pois Furtado os entendia como obstáculos ao crescimento econômico, na medida em que fragilizavam o mercado de consumo de massas. Em Furtado, a hipótese de que a “autodeterminação econômica da nação” foi alcançada antes da superação do subdesenvolvimento se transforma em um problema político, que precisaria ser solucionado pela via de reformas estruturais profundas (reforma agrária, reforma tributária, regulação da emissão de lucros etc.), caso contrário a economia tenderia à estagnação.

A tese da tendência à estagnação teria, como elementos centrais, a caracterização da “dependência tecnológica”, uma vez que haveria uma contradição entre a aplicação tecnológica poupadora de força de trabalho gerada nos países centrais e a abundância de força de trabalho no Brasil, que, assim, não seria absorvida pelo processo produtivo de capital industrial e traria como consequência uma insuficiência da demanda, incapaz de suportar endogenamente um ciclo interno de acumulação. Nesta lógica, se o padrão de industrialização brasileiro é poupador de força de trabalho, traz como desdobramento um círculo vicioso de reprodução da desigualdade de renda, uma vez que os ciclos de inovação seriam crescentemente intensivos em capital e ampliadores da escala produtiva, sem que isso resultasse na consolidação de um mercado interno de massas capaz de suportar o crescimento (ampliação da demanda efetiva – realização do valor – investimento crescente). Deste modo, a tese da tendência à estagnação em Furtado está assentada na hipótese de que o padrão de alta concentração de renda e de subconsumo das massas tenderia a provocar um bloqueio à acumulação de capital por reduzir o investimento.

Cepalinos e a tradição marxista: afinidades eletivas

Especialmente entre os anos 1960-70, “na América Latina, o marxismo dialogava criticamente com o estruturalismo cepalino” (BASTOS, 2021 p. 92). O “diálogo crítico” girava em torno da disputa pela direção dos processos de transformação histórica do capitalismo na periferia. Se, para o marxismo, a estratégia se orientava em torno da etapa democrático-burguesa liderada pelo proletariado em aliança com a burguesia nacional, do ponto de vista cepalino, a perspectiva estava na superação dos entraves à industrialização integral via reformas estruturais que superassem o subdesenvolvimento, admitindo a associação do Estado com o capital estrangeiro. Enquanto a tradição cepalina via nas reformas

estruturais um antídoto à imprevisibilidade das consequências revolucionárias, a estratégia democrático-burguesa do partido comunista via no “estatismo” das reformas de base um elo tático da transição ao socialismo⁹.

Haveria ainda outras “afinidades eletivas” como, por exemplo, o significado geral que o peso do “atraso agrário nordestino” e a “deterioração dos termos de troca entre centro e periferia” tinha na teoria do subdesenvolvimento e como a aliança entre os “restos feudais” e o imperialismo compareciam na tradição marxista vinculada ao Partido Comunista Brasileiro até o golpe civil-militar de 1964. De um modo ou de outro, havia um certo horizonte de expectativa comum em que a conciliação de classes entre uma eventual “burguesia nacional” e a classe trabalhadora formariam um bloco histórico de superação do atraso em direção a um capitalismo democrático. Os cepalinos olhavam este horizonte como destino final; os comunistas como mediação para a revolução socialista. Em comum, o campo cepalino e a tradição marxista brasileira buscavam informar suas estratégias de transformação da sociedade a partir do diagnóstico sobre o processo histórico de constituição do capitalismo no país.

O golpe de 1964 e o “acerto de contas” com a CEPAL: Francisco de Oliveira no CEBRAP e João Manuel Cardoso de Mello na gênese da “Escola de Campinas”

As críticas à CEPAL de Francisco de Oliveira e de João Manuel Cardoso de Mello ocorrem no contexto em que o golpe de 1964 se consolida contra qualquer hipótese de um evento de curta duração. Como representantes de uma intelectualidade derrotada política e ideologicamente, ambos os autores produzirão suas críticas à perspectiva cepalina em duas instituições aglutinadoras da oposição intelectual ao regime. Francisco de Oliveira no CEBRAP e João Manuel no Departamento de Planejamento Econômico e Social da UNICAMP, o embrião do que depois seria conhecida como a “Escola de Campinas”¹⁰. A

⁹ OLIVEIRA (*idem*, p. 17-19) considera que haveria, na plataforma reformista de Furtado, a função de prevenir que a agudização das tensões classistas provocadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil até a primeira metade dos anos 1960 se encaminhasse para um desenlace revolucionário. Por outro lado, para o sociólogo pernambucano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) encarava o reformismo do governo João Goulart como “ante-sala do socialismo”.

¹⁰ Há semelhanças e distinções entre estas instituições neste contexto: o CEBRAP organizou, em uma entidade privada, os egressos de universidades (especialmente da USP) em razão do golpe militar, enquanto o DEPE/UNICAMP era uma instituição de uma recém-criada universidade, que abrigou intelectuais críticos ao regime e que, de certa forma, os protegeu da repressão. Zeferino Vaz, reitor da UNICAMP, “garantia que lá pudessem ser simpatizantes do Partido Comunista, lecionar Marx e animar debates sobre política com seus

crítica cebrapiana à CEPAL tinha como eixo central o contraponto entre a nascente teoria da dependência e a teoria do subdesenvolvimento, envolvendo um enfeixamento sociológico da análise econômica. No caso da Escola de Campinas, a crítica à teoria do subdesenvolvimento deu origem a uma teoria da “origem dos capitalismos” na qual o conceito de “capitalismo tardio” constitui eixo central de uma proposta de periodização do processo de formação e consolidação do capitalismo latino-americano. Vejamos sinteticamente cada uma das críticas.

Francisco de Oliveira e a crítica à razão dualista

Publicado originalmente em 1972, a crítica de Oliveira à CEPAL mira principalmente na teoria do subdesenvolvimento, no dualismo estrutural e no prognóstico estagnacionista em um contexto econômico e político em que o “milagre econômico” demonstrava a possibilidade de crescimento econômico acelerado que não apenas prescindia de reformas estruturais, mas que se realizava em um regime político ditatorial. No plano intelectual, a crítica se dá em um momento em que a perspectiva desenvolvimentista está em declínio e um certo “marxismo acadêmico”¹¹ está em ascensão (MENDES, 2015, p. 81).

O tom duro da crítica se combina com o reconhecimento da legitimidade e importância da contribuição cepalina: ainda que a teoria do subdesenvolvimento pudesse funcionar como ideologia do populismo (alvo de Francisco Weffort e Octávio Ianni) e, por isso, merecesse uma crítica rigorosa, OLIVEIRA (2003, p. 32) a considerava superior ao pensamento econômico liberal: “assim, ao tentar-se uma ‘crítica à razão dualista’, reconhece-se a impossibilidade de uma crítica semelhante aos ‘sem-razão’”.

Um dos eixos da crítica de Oliveira à teoria do subdesenvolvimento cepalina seria o seu formalismo: não apenas à perspectiva formal de divisão da economia capitalista em três setores (primário, secundário e terciário), mas também à formalidade do conceito de capital,

alunos” (KLUGER, 2017, p. 539). Em comum, também havia a centralidade da relação entre pesquisa e planejamento. Posteriormente, tanto o CEBRAP quanto membros do DEPE se alinharam ao MDB e assessoraram Ulysses Guimarães, sendo que João Manuel, Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho, por exemplo, eram muito próximos do líder da oposição à ditadura, tendo participado posteriormente da formulação do Plano Cruzado do Governo Sarney.

¹¹ O *mito de fundação* deste marxismo acadêmico talvez seja o “Seminário d’ *O Capital*” iniciado por intelectuais paulistas principalmente uspianos, muitos dos quais comporiam os quadros originais do CEBRAP e por onde passaram também alguns intelectuais fundadores da Escola de Campinas, como Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo e Maria da Conceição Tavares. Segundo QUERIDO (2024, p. 10-11), “nos anos 1960 e 1970, as afinidades ‘internas’ que soldaram os primórdios dessa tradição intelectual se produziram contra adversários ‘externos’ comuns, identificados com a nebulosa nacional-desenvolvimentista: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)”.

entendido não como relação social e regime de acumulação de riqueza abstrata, mas como “fator de produção” de um sistema econômico com o alegado objetivo de atender as necessidades de consumo da população. Ao fazer a crítica desta característica formalista, Oliveira buscava revelar o que ele tinha de ideológico, abrindo a possibilidade de uma pergunta fundamental às estratégias de desenvolvimento nacional: a quem elas servem? A resposta a esta pergunta permite o cruzamento da questão das classes e da questão nacional como elemento sociológico complementar à discussão do regime de acumulação de capital.

Para OLIVEIRA (idem, p. 34),

com seus estereótipos de ‘desenvolvimento auto-sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’ que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para a industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.

A partir da análise do processo de industrialização pós-1930, o autor trata a transformação da economia brasileira de base agroexportadora em urbano industrial também em termos de uma “transição hegemônica”, isto é, uma alteração nas relações de dominação e direção entre as classes sociais fundamentais na formação de um bloco histórico que reformulará não apenas o aparelho, mas a ação do Estado, seja induzindo e coordenando o investimento produtivo em alianças instáveis entre as burguesias interna e externa, seja regulando o preço da força de trabalho (salários, contratos, direitos). O eixo argumentativo do autor busca refletir os efeitos da ação estatal, primeiramente, sobre o valor da força de trabalho a partir da fixação do salário-mínimo e, depois, sobre os incentivos fiscais, creditícios e de distribuição intersetorial da renda do capital.

Nesta discussão, a criação do salário-mínimo por Getúlio Vargas tem uma importância central. Segundo ele, o modelo cepalino encarava a fixação do salário mínimo como uma medida artificial que, estaria acima do custo de reprodução da força de trabalho e provocaria nos capitalistas um maior investimento em máquinas e equipamentos (capital fixo), o que, por sua vez, reduziria a demanda por força de trabalho, tornaria os produtos mais caros e, combinado com menor massa salarial, estreitaria o mercado de consumo, diminuindo as taxas de lucro, o crescimento econômico e reforçando a dualidade estrutural da economia.

Para Oliveira, contudo, o salário-mínimo atuaria como regulador da força de trabalho frente a pressão da superpopulação relativa, igualando os salários pela base e não pelo topo.

Isso principalmente pelo efeito que tinha em relação ao salário médio dos trabalhadores especializados, que tenderia a aumentar, dada uma relação de demanda maior que a oferta no processo de industrialização. Ao pressionar a média salarial para baixo, o salário-mínimo funcionaria também como uma “ponte” entre os setores “arcaicos” e “modernos” (elemento da relação simbiótica e não dualista da economia), homogeneizando o patamar a partir do qual o regime de acumulação de capital poderia se consolidar no Brasil.

O novo regime de acumulação só poderia se realizar, na leitura de Oliveira, com um controle administrativo por parte do Estado do valor da força de trabalho. A acumulação de capital industrial neste período se daria mediante a manutenção do valor da força de trabalho em patamares baixos. Assim, o preço dos alimentos determinados pelo padrão de subsistência da força de trabalho rural, a enorme superpopulação relativa nas cidades provocado pelo “êxodo rural” e os ganhos de produtividade industrial formam a base do regime de acumulação. Estaria nessa combinação “a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira” (Idem p. 47).

Nesta interpretação, Oliveira traz a questão agrária para demonstrar como ela está diretamente vinculada às condições de expansão do capitalismo no Brasil, especialmente a partir da redefinição que o autor faz da categoria marxiana de “acumulação primitiva”. Segundo ele, não se trataria, por aqui, de um processo de expropriação da propriedade camponesa, uma vez que a estrutura agrária é latifundiária desde a colonização e fora escravista por quase 400 anos. No Brasil, o mecanismo seria de expropriação do excedente de renda fundiária e a “acumulação primitiva” teria um caráter estrutural – não ficando restrito somente à “gênese” do capitalismo brasileiro –, operando na diferença de valor recebido pelas famílias agricultoras na preparação da terra e plantio de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno e o valor recebido pelos latifundiários na produção de gêneros para a exportação. Daí a combinação entre acúmulo de reservas cambiais derivadas da exportação e manutenção de preços baixos de produtos alimentícios, ambos fundamentais para impulsionar a acumulação de capital industrial, mas também para manter um padrão de vida rebaixado dos trabalhadores rurais.

Assim, a “transição” para o modo de produção especificamente capitalista centrado na empresa urbana industrial teria sido possível pela *relação simbiótica entre o “atraso” rural e a “modernidade” industrial*. O setor agropecuário forneceu um grande contingente de força de trabalho à produção industrial urbana, formando uma importante superpopulação relativa,

que era funcional à acumulação de capital industrial por bloquear tendência de alta dos salários e por estar disponível à ampliação da escala da produção.

Para o autor, é o entendimento do processo de industrialização pela CEPAL como um processo de alocação de fatores de produção bloqueado por uma balança de pagamentos estruturalmente deficitária que teria levado ao erro da hipótese dualista, na medida em que nela estariam ausentes, entre outros elementos, os conceitos de mais-valia e de capital monopolista, o que significa dizer que o modelo cepalino não estaria fundado no verdadeiro objetivo do capitalismo, que é a acumulação de capital. Além disso, os monopólios são capazes de manter taxas de lucro elevadas pelo seu poder no mercado. Por fim, um padrão mais igualitário de distribuição de renda e um regime político democrático não seriam condições *sine qua non* para a sustentação de um regime de acumulação de capital, como o “milagre econômico” demonstrara.

Foi uma estrutura de distribuição de renda extremamente desigual e concentrada no topo da sociedade que permitiu a acumulação de capital mesmo na ausência de um mercado de consumo de massas, uma vez que se constituiu um mercado de rendas altas adequado à produção de bens duráveis. Por outro lado, uma estrutura fiscal regressiva, centrada nos impostos indiretos, fez com que a inflação e a correção monetárias constituíssem em vias de bloquear a pressão do aumento dos custos da força de trabalho para as empresas. Nestes termos é que o autor justifica a razão da não realização do prognóstico furtadiano de tendência à estagnação causada por uma crise de realização (subconsumo das massas): a estrutura desigual e concentrada da renda teria sido funcional à acumulação, que, ao se constituir como base do mercado de consumo de bens duráveis no topo da distribuição de renda sustentou o ritmo de crescimento do departamento de bens de capital, impulsionando o crescimento econômico.

Contudo, na perspectiva do autor, ainda que o padrão de alta desigualdade não tenha bloqueado o avanço da acumulação, ele só poderia ser sustentado por meio da intensificação da repressão. A contradição na distribuição de renda entre o arrocho salarial e o subemprego no grande setor de serviços, de um lado, e um excesso de poupança das classes de renda alta que se aventurou na especulação financeira, de outro, não seria sustentável a longo prazo pela política econômica da ditadura.

Assim, da mesma forma que o colapso do populismo teria sido causado pela emergência das reivindicações econômicas trabalhadoras no plano político, já no começo dos anos 1970 Oliveira apregoava que “a luta pelo acesso aos ganhos de produtividade por parte

das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação do regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão” (Idem p. 119). Ainda que ele não arriscasse nenhuma antecipação do futuro, terminava seu diagnóstico com a disjuntiva histórica entre os “signos opostos do *apartheid* ou da revolução social” (Idem Ibidem)¹².

João Manuel Cardoso de Mello e o capitalismo tardio¹³

A tese de João Manuel Cardoso de Mello sobre o capitalismo tardio insere-se no “debate sobre a formação nacional”¹⁴ e vai na direção de uma teoria sobre as origens de tipos particulares de capitalismo, a partir de uma mobilização de conceitos da teoria marxiana sobre o capital para efetuar sua crítica à concepção de desenvolvimento econômico da CEPAL. O texto é dividido em duas partes: 1) raízes do capitalismo retardatário; 2) processo de industrialização retardatária. O eixo que liga as duas partes está fundado na ideia de transição, isto é, nos elementos de continuidade e ruptura do processo histórico. A primeira

¹² Parece haver elemento estilístico comum de época neste contexto intelectual, qual seja, finalizar as análises históricas com disjuntivas. Alguns exemplos: em seus prognósticos sobre as “vias de saída” histórica ao subdesenvolvimento latino-americano, Fernando Henrique Cardoso indicava em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964) a disjuntiva subcapitalismo ou socialismo. Florestan Fernandes, por sua vez, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, apresentava a disjuntiva entre “capitalismo de Estado” e a “revolução socialista”. Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, a disjuntiva principal era apresentada entre reforço da “autocracia burguesa” e a “democracia de cooptação”.

¹³ O termo “capitalismo tardio” talvez seja mais conhecido do público em geral devido à obra de Ernest Mandel, de 1972, na qual o autor trotskista belga define-o como uma subfase do imperialismo, tendo como objeto de análise a dinâmica a forma do capitalismo no plano mundial. Em Cardoso de Mello, o termo tem um sentido diferente, pois pretende dar conta de categorizar o modo como países periféricos de passado colonial consolidaram seu processo de industrialização em um contexto mundial de dominância do capital monopolista, servindo, portanto, para designar o caráter específico de capitalismo locais e não uma fase geral do capitalismo como sistema mundial.

¹⁴ O subtítulo da tese de Cardoso de Mello é “contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira”. Como lembra ARANTES (1997, p. 11), o debate sobre a “formação” atravessa a “experiência intelectual” brasileira, convertendo-se em uma “verdadeira obsessão nacional”. Desde os grandes ensaios até obras em formas mais “acadêmicas”, a ideia da *formação* transpassa a preocupação do cânone do Pensamento Social Brasileiro. Lembremos Caio Prado Jr. (“Formação do Brasil Contemporâneo”), Celso Furtado (“Formação Econômica do Brasil”), Antônio Cândido (“Formação da Literatura Brasileira”), Gilberto Freyre (“Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”), Raymundo Faoro (Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro), Darcy Ribeiro (“O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”), entre outros. O debate sobre a “formação nacional” buscava articular a investigação daquilo que nos constitui (formação social) com aquilo que nos identifica (nação), buscando encontrar as tendências de mudança histórica muitas vezes fragilizadas pelos elementos de continuidade que a freavam ou a interrompiam (síntese de um processo cumulativo tendendo à superação dos elementos do passado e, no sentido contrário, das forças de manutenção do *status quo*), sempre tendo como grande referência – ainda que, por vezes, não explícitas – o ideal civilizatório europeu ou estadunidense, ainda que buscasse se desvencilhar das amarras do “espelho de Próspero” (Morse).

parte do livro é influenciada pela discussão de Fernando de Novais sobre a crise do Antigo Sistema Colonial e tenta reter, da crise da economia colonial exportadora, os elementos que permitirão a transição para a economia capitalista de exportação baseada principalmente no café e no processo de generalização do trabalho assalariado. Na segunda parte, a discussão do autor é a respeito do papel que a acumulação de capital monetário derivado da exportação do café opera, em associação com o Estado, o impulsionamento da industrialização brasileira.

Para MELLO (1994 p. 20), “todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma ‘situação periférica’”. A ruptura histórica do golpe civil-militar de 1964 demonstrou que foi possível “completar a industrialização” sem que se resolvesse a questão nacional, colocando o país em situação de “nova dependência”¹⁵ e, finalmente, em um padrão de desenvolvimento suportado por um agravamento da questão social em decorrência da elevada concentração de renda, riqueza e poder político.

Para informar sua crítica à CEPAL, Cardoso de Mello opera uma reconstrução histórica com o objetivo de demonstrar como se deu, especialmente a partir da análise do caso brasileiro, a constituição do modo de produção especificamente capitalista (a subordinação real do trabalho assalariado ao capital) a partir de um passado colonial em que, por quase 400 anos, predominou o trabalho escravizado. Diferentemente do caráter formal que o conceito de capital tem na perspectiva cepalina, em seu texto a categoria é tratada como um conjunto de relações sociais subordinadas ao processo de acumulação de riqueza abstrata mediante uma divisão social básica entre concentradores de recursos sociais de produção e força de trabalho livre.

¹⁵ Em *Além da Estagnação* (1970), Tavares e Serra haviam apresentado a hipótese de uma “nova dependência” baseada na *adaptação flexível* entre a industrialização pesada encaminhada pelo programa econômico da ditadura e o novo padrão de concorrência que resultaria dos novos modos de acumulação de capital no centro do sistema (BASTOS, 2021, p. 107). A respeito da teoria da dependência de Cardoso e Faletto, MELLO (1994, p. 20) considera que, ao lograr fazer a crítica da periodização do desenvolvimento econômico cepalino, ela contribuiu para a “ideia de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por ‘fatores internos’ e, em última instância, por ‘fatores externos’, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional”. Contudo, ao não “fazer a crítica da Economia Política da CEPAL pelas raízes”, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto “perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou apenas à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino” (Idem, p. 27). Sobre a vertente marxista da teoria da dependência, o autor faz apenas uma rápida referência à ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de Andre Gunder Frank, afirmando tratar-se de uma “mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico”. Sobre a ausência do diálogo mais aprofundado com a teoria marxista da dependência pela “Escola de Campinas”, ver CASTELO, 2019.

Em *O capitalismo tardio*, a determinação do período histórico e da transição entre fases do capitalismo se dá pela análise da contradição entre a finalidade última capitalista (valorização do valor em padrões ou regimes de acumulação) e a formação socioeconômica concreta (especialmente a partir de seu passado pré-capitalista). Nessa dinâmica, se entrelaçam a fase histórica do capitalismo mundial e o modo da inserção da economia periférica neste padrão de concorrência internacional¹⁶. A estrutura de análise atribui ao desenvolvimento das condições locais de acumulação de capital o peso de *determinação em primeira instância* e o padrão de concorrência internacional figura como *determinação em última instância*. Essa relação deriva do entendimento do capitalismo como um sistema expansivo e que, no século XX, já é mundializado, mas que se desenvolve de formas desiguais e combinadas não apenas entre os países, mas também internamente a eles.

A dependência do mercado externo que marca o “sentido da colonização” em Caio Prado Jr. é adensada pela análise da configuração da estrutura da concorrência capitalista em escala mundial (concorrencial ou monopolista/imperialista) e como essa dependência era internalizada e atravessava os esquemas de reprodução do capital localmente. Assim, o conceito de capitalismo tardio seria uma formulação alternativa ao do subdesenvolvimento da CEPAL (“atrasado” e “moderno” como estruturas antagônicas) e também à ideia de um modo de produção colonial (ou escravista-colonial), como aparece em Ciro Flamarion Cardoso, Antônio Barros de Castro e Jacob Gorender.

Isso é ao mesmo tempo um ponto de partida e um ponto de chegada para uma grande divergência de fundo entre a tese do capitalismo tardio e a do subdesenvolvimento, que é a distinção entre a “autodeterminação do capital” e a “autodeterminação da nação”. Para o autor, o desenvolvimento capitalista, especialmente nas formações sociais periféricas, prescindiria da resolução plena da “questão nacional” para estabelecer seus padrões de autorreprodução. Se não há identidade entre desenvolvimento do capital e desenvolvimento nacional, mesmo a internalização do “departamento dos bens de produção” (industrialização pesada) não configuraria um processo de autodeterminação da nação, como aparece em Celso

¹⁶ É por esta via que Mello opera a crítica à periodização do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos da CEPAL. Ao invés da sucessão das fases de crescimento “*hacia afuera*” e “*hacia adentro*” ou da “economia colonial” para a “economia nacional”, o autor propõe uma periodização baseada na predominância de uma das figuras do capital na economia interna – capital comercial, capital monetário e capital industrial – e sua articulação com a fase preponderante do capitalismo mundial (concorrencial ou monopolista).

Furtado e, além disso, ela não precisa ocorrer historicamente associada à realização de uma revolução democrático-burguesa entendida em termos clássicos¹⁷.

Esta perspectiva crítica em relação à CEPAL se desdobra em uma proposta original de periodização histórica do capitalismo desde o ponto de vista da condição periférica brasileira. Ao discutir a relação entre forma dominante do capitalismo no plano internacional e processo de industrialização nas formações sociais particulares, Cardoso de Mello contribui para o esforço coletivo da “Escola de Campinas” em expor uma teoria sobre as origens de diferentes capitalismos. Nela, são distinguidos três padrões de formação dos capitalismos:

1) originário, na época da acumulação primitiva em país de passado feudal (a Inglaterra); 2) atrasado, na etapa concorrencial do capitalismo em países de passado feudal (Europa continental) e de colônia de povoamento inglês (EUA); 3) tardio, na etapa monopolista, a partir de passado colonial, com burguesias importadoras e agrárias dominantes nacionalmente, mas integradas ao mercado mundial de forma subordinada (BASTOS, 2019, p. 7-8).

Se, entre a Abolição da escravidão e as perspectivas abertas pelo fim da República Velha, se consolida o capital industrial, especialmente a partir das possibilidades de conversão do capital mercantil em capital produtivo industrial favorecidas pela ação estatal no contexto da crise de 1929, entre Vargas e Kubitschek abre-se, na perspectiva do autor, uma nova etapa da transição, que ele denomina – seguindo outros autores – de “industrialização restringida”. A principal característica dessa fase é que já existe um “movimento endógeno da acumulação”, isto é, a ainda pequena diversificação do complexo industrial é capaz de servir de mercado a si mesmo e à reprodução capitalista da força de trabalho, mas ainda faltam as bases técnicas e financeiras para a implantação do núcleo fundamental do setor de bens de produção, única possibilidade, segundo o autor, para um processo de desenvolvimento industrial autodeterminado (modo de produção especificamente capitalista).

O processo de autodeterminação do capital industrial ocorre pela superação lenta e progressiva da dependência da economia cafeeira, contudo a instalação “de forma mais ou menos concentrada no tempo e adiante da demanda” (MELLO, 1994, p. 111) do setor de bens de produção pesado também foi gradual e nunca a frente da demanda, motivo pelo qual a industrialização permaneceria restringida. Nos países de capitalismo originário e nos de capitalismo atrasado, o desenvolvimento do setor de bens de produção pesado não ocorreu por

¹⁷ “[...] a burguesia brasileira, incapaz de assumir suas tarefas históricas, entregou-se à fruição da riqueza e dos gozos da distinção social. A história do capitalismo brasileiro centrada na burguesia como sujeito não pode ser escrita, ao contrário, por exemplo, da história do capitalismo inglês ou americano. Eu pergunto a vocês: como louvar uma história de uma covardia, a história de uma felonía? No Brasil, toda interpretação do processo histórico de desenvolvimento capitalista é necessariamente crítica” (MELLO, 1999 p. 191).

conta de dinâmicas impulsionadoras do mercado de consumo. Pelo contrário, apoiou-se em grandes inovações no setor de transporte e de energia, contando com apoio do Estado e da concentração de capital monetário e sua fusão com o capital industrial (capital financeiro). O caso dos capitalismos tardios

“implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados” (Idem p. 112).

O Capitalismo Tardio representa um acerto de contas com a CEPAL e é um esforço de reconstituição histórica do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil em cujo interior as hipóteses teóricas não estão, na maior parte do texto, diretamente explicitadas e, portanto, tratadas como categorias potencialmente generalizáveis. Mesmo assim são passíveis de serem encontradas por procedimentos analíticos internos ao texto e recorrendo ao contexto intelectual no qual está inserido, procurando articular – mediante a análise do caso brasileiro como particularidade de um processo mais geral – tanto aspectos lógicos como históricos.

O caráter tardio do capitalismo brasileiro tem sua especificidade no seu passado colonial, sua peculiaridade no fato de seu surgimento ter se dado sem forças produtivas propriamente capitalistas e sua originalidade no fato de a industrialização ter se iniciado desarticulada de um setor de bens de produção. As consequências dessa particularidade são uma industrialização originalmente restringida que, mesmo quando se completa com a implantação da indústria pesada, forja um padrão de acumulação atrelado ao Estado e aos oligopólios estrangeiros. Assim,

“reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História: o capitalismo não pode formar-se sem o apoio da acumulação colonial; o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de reprodução tanto da força de trabalho quanto dos elementos do capital constante; ademais, dela se serviu quer como mercado para sua produção industrial, quer como campo de exportação de capital financeiro e, mais adiante, produtivo” (Idem p. 177).

Considerações finais

A economia política da CEPAL e os esforços críticos contra ela realizados no começo dos anos 1970 por Francisco de Oliveira e João Manuel Cardoso de Mello têm em comum um elemento fundamental que caracteriza o pensamento social latino-americano: é impossível compreender a realidade de nossa região sem uma perspectiva crítica que não apenas não separe, mas estabeleça como paradigma a relação indissociável entre economia, política e

sociedade. A CEPAL fundou sua originalidade teórica tanto na crítica à tese convencional das vantagens comparativas desde uma perspectiva das “desvantagens reiterativas” periféricas. Nossos autores, ao realizarem seus “acertos de contas com sua antiga tradição filosófica”, procuraram demonstrar a presença de uma certa naturalização do capitalismo que identificava seu pleno desenvolvimento como condição para solução seja da questão social (atendimento das necessidades da população), seja da questão nacional (autonomia da nação).

Francisco de Oliveira e João Manuel foram cepalinos forçados a autocrítica pelo significado histórico do golpe civil-militar de 1964. Para isso, recorreram à crítica de Marx ao capital, ambos influenciados pelo modo como isso circulava a partir da intelectualidade paulista, que, sob formas diferentes, plasmaram a fundação do CEBRAP e da “Escola de Campinas”. Nela, o Marx requerido era o da crítica da economia política (as armas da crítica) e não o político revolucionário (a crítica das armas). Ainda que fosse possível estabelecer relações entre a perspectiva de ambos os autores com a impostação leniniana da “análise concreta da situação concreta”, tanto Oliveira não poderia ser considerado um bolchevique (SCHWARZ, 2003, p. 20), quanto Mello não poderia ser considerado, ainda que tangenciasse a ideia do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, um adepto da revolução permanente.

Ambos os autores contribuíram para a formulação, a partir da crítica à Economia Política da CEPAL, de um campo de interpretação sobre a história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, desentranhando de Marx as determinações gerais do capital como relação social fundamental e da transfiguração da luta de classes interna a cada formação social em regimes de acumulação particulares. Isso tudo contraposto à formulação clássica da teoria do subdesenvolvimento. A questão do “*que fazer?*”, isto é, em que medida o resultado da interpretação histórico-concreta informa uma linha de atuação política de “reforma ou revolução” está apenas insinuada nestes dois textos que elencamos para a análise, de modo que transparece em ambos os casos a perspectiva de que a saída do “impasse utópico” imposto pelo golpe civil-militar de 1964 exigia, antes de qualquer passo estratégico, um acerto de contas teórico.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo. **Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo**. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. Sentido da formação: três

estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Tardio, desigual e combinado: a origem do projeto intelectual da Escola de Campinas e a contribuição de Maria da Conceição Tavares**. In: FUCIDJI, R. (org.). *As Narrativas de Clio: ensaios de interpretação histórica e metodológica*. Curitiba: CRV / Campinas, SP: Unicamp. IE, 2021.

_____. **Por uma economia política estruturalista (parte 1): o corpo teórico da “Escola de Campinas” e a origem dos capitalismos**. Texto para discussão. N. 360. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, Agosto de 2019.

BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Ed. 5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.

CASTELO, Rodrigo. **O Mesão, a Escola e o Partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular**. IN: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (orgs). *A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019, pp. 55-81.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2011.

KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Navegação Venturosa**. In: FURTADO, Celso. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 7-27.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. **Conversas com Economistas II**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Ed. 9. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1994.

MENDES, Flavio da Silva. **O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira**. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

SANTOS, Fábio. Pádua. dos. **Crise e(m) desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2012.

_____. **Evolução da consciência desenvolvimentista: da Cepal à Escola de Campinas**. Florianópolis: Revista Textos de Economia, v. 20 n. 2, p. 119 – 135, ago/dez. 2017.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com Perguntas. IN: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	OK
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	OK
Formato de papel A4	OK
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	OK
Fonte Times New Roman, tamanho 12	OK
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	OK
Espaço entre linhas de 1,5	OK
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	OK
Conversão do arquivo em .pdf	OK